SILÊNCIO NOS CAMPOS
Como a mídia regional impõe cercas ao agricultor familiar[1]

Stella Adriana Zanchett[2]

RESUMO
Este artigo busca promover uma reflexão sobre como a disputa entre o agronegócio e a pequena propriedade não se dá apenas nos limites entre propriedades rurais. Trata-se também de uma disputa ideológica que se reflete, inclusive, na ocupação de maior ou menor espaço nas páginas dos jornais. Partimos de um recorte que se limita à região Sudoeste do Paraná. De um levantamento estritamente quantitativo, passamos a uma análise teórica, buscando compreender por quais possíveis razões o jornalismo local reproduz um discurso que não se refere à realidade regional e de que formas o jornalismo é utilizado para a legitimação do agronegócio, impondo cercas ideológicas à agricultura familiar, mesmo numa região onde este modo de exploração da terra é predominante e bem-sucedido, chegando a ser exemplo para movimentos sociais camponeses em nível nacional e internacional.

PALAVRAS-CHAVE
Pequena propriedade; agronegócio; disputa ideológica; produção da informação. Reprodução de hegemonia.

A agricultura e o jornalismo impresso no Sudoeste

O Sudoeste do Paraná é uma das cinco regiões que compõem o Estado. Para o Ipardes (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), o Sudoeste[3] é composto por 38 municípios, abrangendo uma área de 1.164.579,20 hectares.

Destes, 587.320,58 ha são usados na agricultura intensiva; 468.597,56 hectares são áreas de uso misto (onde há utilização para agricultura, mas também há reflorestamento ou manutenção de florestas nativas e secundárias), e mais 43.339,81 hectares são de terras usadas para pastagem. Isso significa dizer que quase 95% das terras Sudoeste são exploradas economicamente.

A agricultura é o carro-chefe da economia regional. E uma das principais características do Sudoeste é a distribuição de terra, uma vez que a pequena e média propriedade somam mais de 90% dos estabelecimentos rurais do território.

O último Censo Agropecuário cujos resultados foram divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) foi realizado em 2006, ano em que foram registrados 44.632 estabelecimentos agrícolas no Sudoeste.

---

[1] Trabalho apresentado no GT – *Jornalismo e Produção Editorial*, do Inovcom, evento componente do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul.
[2] Bacharel em Jornalismo, cursando Especialização em Comunicação Popular e Comunitária na UEL (Universidade Estadual de Londrina - PR).
[3] Termo com o qual vamos nos referir ao Sudoeste do Paraná a partir de agora.

Conforme o Censo Agropecuário de 1996, a região contava com 47.277 estabelecimentos rurais. Destes, 43,63% eram pequenas propriedades, ou seja, 20.658 propriedades tinham menos de 10 hectares de área total.

As propriedades de porte médio, com mais de 10 e menos de 1000 hectares, somavam 25.383 estabelecimentos, totalizando 53,69% das propriedades rurais do Sudoeste. Deve-se destacar que, apesar desse dado não ter sido computado pelo IBGE, autoridades do setor da agropecuária garantem que são poucas propriedades de médio porte da região que ultrapassam 100 hectares[4].

Ainda conforme o Censo Agropecuário de 2006, naquele ano a agricultura e a pecuária empregaram 127.450 trabalhadores.

Das pessoas empregadas no campo no ano de 2006, 115.028 trabalhavam nas terras da família. Ou seja, mais de 90% das pessoas que trabalham no campo estavam tirando seu sustento do patrimônio da família, enquanto apenas 12.422 são contratados para trabalhar em propriedades onde não têm nenhum vínculo familiar com o proprietário.

Ressaltamos que todos esses empregos foram gerados pela pequena e média propriedade e pelo agricultor familiar, que, conforme o Censo Agrícola, somam 97,31% dos agricultores e agropecuaristas da região.

A distribuição de terra em pequenas e médias propriedades é decorrente da colonização singular do território. A ocupação do Sudoeste se deu após uma intensa disputa pela terra, que teve como ponto alto o evento histórico da Revolta dos Posseiros, em 1957[5]. Após os acontecimentos daquele ano, o governo federal realizou um trabalho de distribuição e regularização da posse da terra entre os colonizadores, como explica o sociólogo Ricardo Abramovay:

> Foi nesta época que Getúlio Vargas tentou concretizar um dos mais ambiciosos objetivos de seu governo, a Marcha para o Oeste, a colonização das terras distantes e desocupadas, com base sobretudo num sistema de pequenas propriedades. Neste quadro é que foi criado um órgão que teve a maior importância na ocupação do Sudoeste Paranaense: a Colônia Agrícola Nacional General Osório (Decreto-lei nº 12.417 de 12/5/1943) a CANGO. (ABRAMOVAY, 1981, p. 51)

[4] Informação dada por técnicos da Emater de Francisco Beltrão de maneira informal e sem dados comprobatórios.

[5] Desde a década de 30, o Sudoeste começou a ser colonizado por imigrantes vindos especialmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em 1943, foi instalada na margem norte do em Francisco Beltrão a Cango (Colônia Agrícola Nacional General Osório), com a função de organizar a distribuição de terras entre os colonos recém-chegados. Por meio de negociatas políticas, a Citla (Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.) conseguiu obter o direito legal de terras, tornando-se proprietária de parte do Sudoeste e do Oeste do Estado do Paraná, área já colonizada e com milhares de habitantes. O conflito entre colonizadores e Companhia eclodiu nos dias 9, 10 e 11 de outubro de 1957 nas cidades de Pato Branco, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, e ficou conhecido como a Revolta dos Posseiros.

O sistema de pequenas propriedades se tornou característica da exploração da terra do Sudoeste desde sua colonização até hoje, dado que o Censo Agropecuário de 2006 comprova.

Apesar disso, a pequena propriedade, verdadeira protagonista local da produtividade agropecuária e da geração de emprego e renda na região, parece ser ignorada nos meios de comunicação regionais.

A força do agronegócio em nível nacional e internacional causa impacto na representação da realidade local, distorcendo a produção da informação no Sudoeste, que se limita à reprodução de padrões dos grandes meios de comunicação de massa, nos quais a pequena propriedade não é visada.

Recorte analisado

Para confirmar a impressão de que o pequeno agricultor está excluído do palco midiático regional, realizamos uma análise quantitativa em edições dos dois veículos regionais impressos de maior circulação no Sudoeste: o Jornal de Beltrão[6] e o Diário do Sudoeste[7].

O recorte escolhido para tal análise compreende as edições de dezembro de 2005 e janeiro de 2006. Nessa época, a maioria dos municípios do Sudoeste deflagrou "estado de emergência" pela falta de chuvas.

A estiagem provocou a perda de lavouras inteiras de milho, quebrou metade da produção de soja e feijão, e prejudicou cultivos menos comuns como o fumo. Até a atividade leiteira e a avicultura sofreram impacto, já que em algumas localidades chegou a faltar água e pasto para os animais.

Além disso, a atividade pecuária foi prejudicada pela descoberta de um foco de febre aftosa no Paraná, interrompendo a exportação de carnes bovina e suína para a Rússia e outros países europeus.

A ameaça mundial da gripe aviária também teve impacto na avicultura. As exportações da Sadia tiveram uma queda, o que demandou diminuição na produção no Sudoeste, onde existem mais de 5.000 famílias integradas ao sistema de criação de frangos.

[6] O Jornal de Beltrão, sediado na cidade de Francisco Beltrão, é uma sociedade anônima fundada em 1989, que desde sua abertura elege como diretor-presidente o jornalista Ivo Pegoraro, um dos fundadores do jornal e editor-chefe do veículo. Atualmente são mais de 200 sócios, 60 funcionários e uma equipe de nove jornalistas. A tiragem atual é de 4.000 exemplares diários chegando a 5.000 nos finais de semana.

[7] O Diário do Sudoeste, sediado em Pato Branco, tem 22 anos de história. Atualmente sua tiragem diária é de 8.000 exemplares e circula em 42 municípios do Sudoeste do Paraná e nas regiões Oeste de Santa Catarina e Centro-Oeste do Paraná. Sua equipe de redação é formada por oito jornalistas. No total, conta com 80 funcionários. Desde 1997, Delise Almeida é proprietária da editora Diário do Povo e diretora do veículo.

No relato do próprio Ministro da Agricultura, na época Rodrigo Rodrigues, "2005 foi o pior dos mundos para o agronegócio".

Numa região de economia essencialmente agrícola, os impactos de uma terceira quebra de produção e de uma conjuntura econômica desfavorecendo a agropecuária se fizeram sentir em todos os ramos do comércio e produção.

Pela importância econômica da produção rural para o Sudoeste, a agricultura é uma editoria importante nos jornais Diário do Sudoeste e Jornal de Beltrão. Naturalmente, na época, ambos jornais fizeram uma ampla cobertura sobre o cenário da agropecuária e suas constantes más notícias.

No recorte escolhido, analisamos 40 edições de cada um dos veículos. Apenas em duas edições (dia 13 de dezembro e 27 de janeiro) o Diário do Sudoeste não publicou nenhuma matéria da editoria de agricultura. Já o Jornal de Beltrão, apenas na edição de 13 de dezembro não trouxe nenhuma matéria abordando tais assuntos. É a comprovação numérica da importância da editoria agricultura para tais jornais e, supõe-se, para seu público.

Nas 40 edições analisadas do Diário do Sudoeste ocorreram 130 matérias sobre agricultura, dessas, 35 notinhas de até 25 linhas. A média do jornal é de quatro a cinco matérias sobre o assunto em cada edição. No recorte analisado, as informações sobre agricultura renderam 28 chamadas de capa.

No mesmo período, o Jornal de Beltrão publicou 144 matérias sobre agricultura, gerando 60 chamadas de capa.

Além de mais destaques na primeira página, em geral, o Jornal de Beltrão oferece para a agricultura espaços maiores e privilegiados também nas páginas internas. Enquanto o Diário do Sudoeste faz chamadas pequenas sobre o tema, o jornal de Beltrão utiliza-se de fotos e textos para, na primeira página, priorizar o tema agricultura. Nas páginas internas, na maior parte das vezes, o Jornal de Beltrão dedica mais espaço para o desenvolvimento dos textos, além de, através da diagramação destas matérias, torná-las as principais de página.

Apesar dessa diferença entre os dois veículos em relação à quantidade de textos e o destaque oferecido para as informações de agricultura, em um ponto a cobertura jornalística do Diário do Sudoeste e do jornal de Beltrão se assemelham. Em ambos jornais poucas vezes o próprio agricultor é fonte de informação para as matérias. A maior parte das informações acabam sendo originárias de assessorias ou agências

estaduais, prejudicando a contextualização regional e contradizendo as linhas editoriais dos veículos.

Linhas editoriais x linhas dos jornais

Em 2006, o jornal Diário do Povo chegou aos seus 20 anos. Nessa data, através de uma edição comemorativa, o jornal mudou o nome para Diário do Sudoeste. Nesta edição histórica, foram publicadas as seguintes informações sobre a linha editorial do veículo:

> Sua missão, a de realizar e produzir jornais que tenham pleno envolvimento comunitário e ofereçam ao leitor uma proposta editorial que permita informar para formar vem se consolidando [...] Pautado num pensamento positivista de valorizar os feitos e a pujança do Sudoeste, inserindo sempre a região no contexto brasileiro e mundial, nas páginas do jornal são escamoteados os extremismos e os sensacionalismos [...] O compromisso comunitário se reforça na contribuição à transformação social das comunidades, dando vozes aos mais diferentes atores sociais. É por isso que se procura sempre identificar ânsias e necessidades dos feitos da sociedade onde os jornais atuam para, dessa forma, fazer a mediação dessas informações aos leitores.

Fica evidente o conflito entre a linha editorial e as linhas impressas diariamente no jornal quando evidenciamos os resultados da pesquisa no recorte escolhido: das 130 matérias de agricultura publicadas pelo Diário do Sudoeste durante o período analisado, são somente quatro textos tiveram como fonte de informação entrevistas junto a produtores rurais da região e em uma matéria enviada pela assessoria da Via Campesina também foram entrevistados agricultores.

Das 141 matérias analisadas do JdeB[8], apenas 16 têm agricultores como fonte de informação ou contextualização. Contudo, a linha editorial do Jornal de Beltrão segue a mesma tendência de imparcialidade, positivismo e envolvimento com a comunidade da seguida pelo Diário do Sudoeste, como fica implícito já na primeira edição do veículo:

> "O Jornal de Beltrão nasce com um compromisso: o leitor. Há vários anos que a sociedade vem cobrando um jornal que atenda aos anseios da região, nesses anos agitados, mas dinâmicos, de final de século. E um jornal comprometido com o maior número de leitores, porque os tempos de ouvir um lado só já passaram, hoje em dia tudo se sabe e, exagerando um pouco, dá pra dizer que, com os recursos da eletrônica, tudo se vê. Mas mesmo o cidadão mais bem informado precisa do jornal, para confirmar o que ouviu dizer, saber mais detalhes e, no nosso caso, informar-se também sobre o que acontece em sua cidade e região". [9]

Em maio de 2004, na comemoração dos 15 anos do Jornal de Beltrão um novo editorial reforça o compromisso do "leitor em primeiro lugar":

[8] Como também é conhecido o Jornal de Beltrão.
[9] Editorial, página 2, Jornal de Beltrão edição número 1, de 1º de Maio de 1986.

> "O leitor do Jornal de Beltrão merece, por certo, uma nota especial. Ele participa, discute, critica, protesta, sugere e defende o Jornal de Beltrão como dificilmente ocorre em outros meios de comunicação. Isto é fruto da atenção e da importância dada ao leitor. Nossa equipe se especializou em ouvir o leitor, captar suas angústias e curiosidades de forma a não desapontá-lo."[10]

Ambos os jornais, ao defenderem suas linhas editoriais, demonstram preocupação com a comunidade e pretendem atender às necessidades comunicacionais da região Sudoeste. Por serem jornais de interior, voltados para um público limitado geograficamente, dispõem de maior contato com seus leitores, anunciantes, investidores e comunidade em geral, como analisa a jornalista Rachel Soares (2004), que realizou uma pesquisa de resgate histórico e análise editorial do Diário do Sudoeste:

> "No jornalismo praticado no interior pode ser sentido um efeito contrário o que acontece nos grandes centros, onde o emissor exerce um certo domínio sobre o receptor. Nos jornais de interior, o receptor é também agente dessa informação e se vê retratado nela. Existe uma condição maior, e talvez única de reciprocidade. Acontece uma espécie de trabalho em conjunto, como se todo leitor fosse também repórter e agente de transformação na sociedade onde vive" (p. 21).

Contudo, a análise mais atenta ao conteúdo não somente do Diário do Sudoeste, mas também do Jornal de Beltrão, nos indica algumas desvirtuações em relação às suas propostas editoriais e a essa possibilidade de aproximação com a comunidade que Soares defende como característica dos meios de comunicação do interior, inclusive dos jornais do Sudoeste.

Em sua maioria (em torno de 90%) as matérias analisadas de ambos veículos no recorte escolhido são de agências de informação estadual e federal, tendo como fontes de informação bases de dados da agropecuária nacional e do Paraná. As principais fontes são o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério de Agricultura e da Pecuária (Mapa), e a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab).

Quando os repórteres dos jornais dispensam os releases e as agências, e saem a campo para buscar informações sobre agricultura, dão preferência a fontes oficiais: técnicos da Seab e do Instituto Paranaense de Assistência Técnica Extensão Rural (Emater), secretários municipais de agricultora, diretores de cooperativas e empresas de beneficiamento de grãos e/ou de leite, e presidentes dos Sindicatos Rurais, da Sociedade Rural, de entidades de representação de produtores de suínos, bovinos, caprinos e avicultores.

[10] Editorial, página 2, Caderno Especial dos 15 Anos do Jornal de Beltrão, 1º de maio de 2004.

A engrenagem que liga os meios de comunicação e as fontes oficiais, as relações de poder entre esses dois pólos, suscita diversos questionamentos e justificativas. Pode-se argumentar que os jornais, especialmente os pequenos, são veículos oficiais dos governos e dessa forma dependem de boas relações com o Estado.

Também é possível analisar que as instituições públicas, as empresas e as entidades representativas de classes dominantes têm maior facilidade de divulgar assuntos que lhes são adequados graças ao acesso a meios de produção da informação, contratando assessorias de comunicação e de publicidade.

Por qualquer que seja o motivo, o jornalista e professor Clóvis Rossi é enfático quando classifica esse "privilégio" às fontes oficiais como demonstração de parcialidade:

> É verdade que a pauta também é composta de informações enviadas às redações pelos repórteres incumbidos de setores específicos (Palácio do Governo, Prefeituras, Parlamentos, Polícia, etc) e pelos press-releases enviados por distintas organizações às redações. Mas também aí ela acaba sendo necessariamente parcial: os setores cobertos regularmente pela imprensa são, quase exclusivamente, organismos oficiais, organismos do aparelho de estado – e não organismos da comunidade em si. E os press-releases são, na sua esmagadora maioria, enviados pelas organizações que dispõem de suficientes recursos para armar esquemas de comunicação (o mais das vezes, empresas de grande porte). (ROSSI, 2000, p. 18).

Nesse caso, o desejado enfoque comunitário, de pluralidade de fontes e imparcialidade, é desvirtuado pelas relações de poder e de reprodução da informação.

Mesmo em se tratando de utilizar-se de fontes oficiais, os dois veículos analisados demonstram um distanciamento em relação às entidades verdadeiramente representativas dos pequenos agricultores, que, frisamos mais uma vez, totalizam 97,31% dos produtores rurais do Sudoeste.

Nas páginas do Diário do Sudoeste e do Jornal de Beltrão, matérias tendo como fonte a Federação da Agricultura do Paraná (Faep) ou ainda os sindicatos rurais são mais freqüentes do que informações baseadas em entrevistas com lideranças de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) ou da Fetraf (Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar).

Estas últimas entidades somente aparecem nas páginas dos jornais por intervenção externa ao trabalho do repórter local: são as assessorias de deputados, especialmente do Partido dos Trabalhadores (PT), ou ainda da própria Fetraf, que dão visibilidade para os representantes da agricultura familiar.

Os números falam por si: no JdeB as entidades patronais são citadas em 22 matérias, enquanto as entidades representantes dos pequenos agricultores estão em 15 matérias, quase todas de assessorias. No Diário do Sudoeste, são 20 matérias com entidades patronais e 17 matérias com informações de entidades da agricultura familiar. Também se verifica que as assessorias têm grande influência na divulgação das matérias sobre as organizações dos trabalhadores rurais.

Fica evidente o trabalho das assessorias na divulgação das entidades representativas da agricultura familiar uma vez que as mesmas matérias publicadas em um jornal também é divulgada em outro, na mesma data e com pequenas modificações, em relação ao espaço, título ou fotografia. A Faep, por ser uma entidade estadual, também conta com assessoria para divulgação de informações, mas o mesmo não se verifica entre os Sindicatos Rurais. Essas entidades patronais contam com o prestígio dos repórteres, uma vez que seus presidentes são uma das fontes de informação procuradas pelas equipes de redação locais.

Produção ou reprodução?

Explicitada a contradição diante tais dados numéricos, nos questionamos sobre os motivos ou justificativas para que os veículos regionais façam da realidade local uma mera coadjuvante, privilegiando a divulgação de informações que não concernem à comunidade que é reportada e para a qual se reportam esses veículos.

Quais mecanismos fazem com que estes jornais, que se supõem de forte envolvimento com a população, privilegiem como fontes de informação as entidades que menos representam os verdadeiros protagonistas sociais da localidade?

Tendo em vista que os meios de comunicação analisados neste estudo não se posicionam contra a pequena propriedade ou contra as entidades de representação dos pequenos agricultores - já que suas linhas editoriais expressam abertura aos anseios e características da região - descartamos a possibilidade de uma exclusão voluntária dos agricultores como fonte de informação por parte dos jornalistas e editores. Buscamos compreender as causas do ruído entre as linhas editoriais e as linhas publicadas nos jornais a partir de uma análise sobre os meios de produção da informação e as práticas adotadas pelos jornalistas.

Para compreender o processo de construção da informação nas redações dos jornais atualmente, buscamos fontes que nos fornecem uma análise crítica do processo histórico da evolução dos meios de comunicação, e remontamos às origens da produção industrial da informação.

O jornalismo é herdeiro dos ideais Iluministas, assim como a sua contemporânea, Revolução Francesa. Possibilitada pelo advento da invenção dos tipos móveis de Gutenberg, a imprensa se ergue como divulgadora de novos conceitos, numa cena histórica efervescente em que a monarquia é destituída, é enfraquecido o poder da Igreja, e o ideal revolucionário é de lançar luzes sobre a escuridão da ignorância que assolava a população. Nesse contexto, os primeiros informativos impressos têm como peculiaridade um caráter de esclarecimento político e ideológico, com objetivo de educar a população para evitar a dominação desta através do controle do saber e da informação, controle esse praticado pelas instituições sociais até então vigentes.

A burguesia instituída passa a pregar como valor de sociedade justa e democrática a exposição dos conhecimentos e das informações de relevância social, através do principal meio de comunicação de massa até o momento: a imprensa. A princípio, propõe um jornalismo político-literário, como forma de divulgação das ciências indispensáveis ao cidadão. Com o tempo, o jornal se profissionaliza e a redação passa a ser um setor separado, caracterizando um início de produção fragmentada e, portanto, em série, da informação. (MARCONDES FILHO, 2000).

Essa produção administrada do jornalismo passa a ser notável a partir da metade do século 19, graças às inovações tecnológicas e à concentração de capital. A empresa jornalística busca modernizar-se e se auto-sustentar independentemente de partidos e grupos políticos. Passa a focar seu interesse no público e na renda obtida pela publicidade. Em sintonia com as exigências do capital, a empresa jornalística sabe que é necessário vender muito para atingir uma estabilidade financeira. Por isso, seus conteúdos se voltam para as grandes massas, abrindo mão de posturas ideológicas antes visadas e lançando mão, muitas vezes do sensacionalismo para atingir grandes públicos (IDEM).

No século 20, o desenvolvimento e o crescimento das empresas jornalísticas desembocam em um terceiro jornalismo, o de monopólios, cuja sobrevivência só será ameaçada pelas guerras e pelos governos totalitários do período (IBIDEM).

No pós-guerra, o mundo bipolarizado e tecnificado – com o desenvolvimento, inclusive, de novas e complexas tecnologias de comunicação – marca o jornalismo enquanto profissão. Os ideais iluministas tomam fôlego, são reafirmados em consonância com os conceitos de liberdade, democracia e economia liberal, estabelecendo padrões jornalísticos que continuam em voga até hoje: a imparcialidade diante do tema, o

distanciamento do repórter em relação ao assunto que aborda e o combate à narrativa literária utilizando a objetividade.

Quanto à tecnificação, MARCONDES FILHO chega a afirmar que "a produção informatizada diária e contínua de um jornal tende a triturar os fatos – inclusive as análises – transformando-os em um produto – apesar da aparência atraente, inodoro, incolor, insosso" (2000, p. 37).

Essa transformação do jornalismo em um produto atraente na aparência e sem sabor na essência é decorrente não só da informatização em si, mas de toda a complexidade social que a midiatização promove. Muniz Sodré (1996) fala de uma "nova ordem cultural" também chamada de "tecnocultura", resultante da interação midiatizada entre indivíduos e diferentes instâncias da sociedade.

Essa interação midiatizada, por sua vez, é fruto da lógica da modernidade, somada à informatização e tecnificação dos meios de comunicação. No mundo moderno, objetivos sociais e interesses humanos "assumem obrigatoriamente uma dimensão simbólica e são objeto de discursivização" (ESTEVES, 2003, p. 143).

No dia-a-dia do fazer jornalístico, a complexidade dos processos de fazer comunicação se reduz a um desafio: evitar a entropia. Os jornalistas querem produzir um texto coeso, direto, informativo. Evitam a desordem, a incerteza, o ruído entre a mensagem e os leitores. Para atingir este objetivo, podem lançar mão das técnicas jornalísticas sugeridas nos manuais de redação ou de "teorias matemáticas" sobre a mediação, como o 3Q+COP.

> "A norma básica, central, diz que toda reportagem deve responder a seis perguntas fundamentais (traduzidas dos manuais norte-americanos): quem, quando, onde, como por que, o quê" (ROSSI, 1980, p. 25)

Contudo, reduzindo a problemática da midiatização a uma fórmula matemática, o jornalista corre sérios riscos de incorrer justamente nos "erros" que procura evitar através da obediência aos padrões técnicos. Assim, de forma inconsciente, o jornalista peca contra os mitos do fazer jornalístico: imparcialidade, pluralidade, objetividade. Ao falar sobre a manipulação da notícia, MARCONDES FILHO (1986) defende que:

> "É nessa altura que se opera a adaptação ideológica, a estruturação da informação com fins de valorização e de interesse de classe. O falseamento não se dá, via de regra, de forma intencional; ao contrário, normalmente faz parte da própria forma do jornalista estruturar seu mundo, de discernir os fatos (inconscientemente) com uma 'visão dominante'" (p. 39).

Os jornalistas, como todas as pessoas, selecionam informações, as compreendem e processam a partir de seus próprios conhecimentos e estereótipos. Contudo, diferentemente das outras pessoas, os jornalistas são atores privilegiados, pois têm a possibilidade de colaborar na manutenção ou derrocada de idéias convencionadas. São, para MARCONDES FILHO "verdadeiros agentes conservadores da cultura, visto que têm acesso a meios de divulgação em massa de suas idéias (e preconceitos)" (2000, p. 109).

ROSSI também analisa a interferência do profissional jornalista enquanto mediador da mensagem, desmistificando a imparcialidade e objetividade pretendidas pelos meios de comunicação.

> "Afinal entre o fato e a versão que dele publica qualquer veículo de comunicação de massa há a medicação de um jornalista (não raro, de vários jornalistas) que carrega consigo toda uma formação cultural, um background pessoal, eventualmente opiniões muito firmes a respeito do próprio fato que está testemunhando, o que leva a ver o fato de maneira distinta de outro companheiro com formação, background e opiniões diversas" (ROSSI, 2000, p. 10).

O profissional jornalista tem uma visão de mundo – também formada ou influenciada pela indústria cultural – que se reflete em sua produção.

No recorte analisado, podemos considerar que, acreditando na imparcialidade de dados numéricos fornecidos por departamentos governamentais e produzindo em escala e método industrial (que lhe permite pouco tempo para apuração de detalhes), o jornalista do Sudoeste escapa sem querer de seus objetivos iniciais de pluralidade – privilegiando fontes oficiais de informação ao invés dos produtores rurais.

Além do método de produção da notícia, também colabora para vitória do pensamento hegemônico em defesa do agronegócio o fenômeno da *agenda setting*:

> "A pauta, por ser elaborada principalmente em função do que os próprios jornais publicam, gera um círculo vicioso, pelo qual os jornais se auto-alimentam. Em conseqüência, a pauta reflete apenas parcialmente o que está acontecendo ou quais assuntos que preocupam, efetivamente, o público em geral; ela acaba refletindo muito mais o que os jornais estão publicando e a televisão está mostrando" (ROSSI, 2000, p. 18).

Esse processo de verticalização da pauta distancia o jornalista da comunidade. Somando-se o mito da imparcialidade, o distanciamento objetivo e a *agenda setting*, cria-se um ambiente para que repórteres e redatores sintam-se pouco responsáveis pelo produto que estão confeccionando, criando um "automatismo característico da linha de

montagem industrial, que colide com a visão (ou desejo) de um trabalho intelectual como o jornalismo deveria ser" (Idem, p. 23).

Dessa forma, a reprodução de pensamentos hegemônicos se torna uma mão invisível conduzindo a produção da cultura e da informação, fortalecendo e legitimando as mesmas instituições e conceitos que estão constantemente sendo retroalimentados pela indústria cultural.

Essa reprodução acontece de forma implícita e, ao menos no recorte deste artigo, sem intenção. A pequena propriedade, suas bandeiras e lutas, não fazem parte da pauta da grande mídia, não chegando a disputar a "opinião pública". Por sua vez, o repórter da região Sudoeste, apesar de conviver ao lado da realidade da agricultura familiar, também não se apropriou da pauta da pequena propriedade e não traz essa discussão para a população urbana e para a região como um todo.

De qualquer forma, a informatização, a tecnificação dos meios, as técnicas jornalísticas, os mitos de imparcialidade, objetividade, a *agenda setting* e todos conceitos e/ou fenômenos decorrentes do método de produção industrial dos bens culturais não podem ser uma justificativa para a reprodução de conceitos estabelecidos.

ADORNO e HORKHEIMER fazem a seguinte crítica em relação à produção em série da informação:

> "Os interessados inclinam-se em dar uma explicação tecnológica da indústria cultural. O fato de que milhões de pessoas participam dessa indústria imporia métodos de reprodução que, por sua vez, tornam inevitável a disseminação de bens padronizados para necessidades iguais [...] Os padrões teriam sido resultado originariamente das necessidades dos consumidores: eis porque são aceitos sem resistência. De fato, o que explica é o círculo da manipulação e da necessidade retroativa, na qual a unidade do sistema se torna cada vez mais coesa" (1944, p. 114).

Os interessados, a que se referem Adorno e Horkheimer, são aqueles que se beneficiam dessa padronização da informação, aqueles que geralmente se institucionalizam como fontes oficiais, ou ainda os que através da manutenção da ordem vigente mantém o contexto social que lhes beneficiam.

Dessa dinâmica saem fortalecidas as instituições estabelecidas, que se legitimam e mantêm seu *status quo,* o que bate de frente com o conceito dos meios de comunicação enquanto voz da comunidade. Essa lógica ainda peca contra a democracia enquanto sistema de governo calcado na participação popular e mobilidade social, já que esta implica em constante análise e renovação das instituições e lideranças.

Ao propor este estudo, partimos da convicção de que a pequena propriedade não somente é viável (ao contrário do que o "senso comum" ou a "opinião pública" prega), como é o modelo de exploração da terra mais adequado em comparação à proposta do agronegócio, tendo em vista o projeto de soberania alimentar da nação brasileira e também diante da realidade ambiental que pesquisadores nos apresentam na atualidade.

O minifúndio é a propriedade que se sustenta sem agrotóxico; sem precisar se render aos transgênicos enquanto tecnologias monopolizadas de empresas multinacionais; sem necessitar planos de irrigação e consumindo água em demasia, e pelo contrário, busca proteger fontes e matas ciliares como recursos para auto-sustentabilidade.

É também na pequena propriedade onde são produzidos 80% dos alimentos consumidos no Brasil[11], em contraposição aos latifúndios de monocultura, que produzem soja, milho, eucalipto e cana-de-açúcar, gerando produtos para exportação.

Chega a ser constrangedor abrir um jornal e encontrar um título comemorando o fato de que em 2008 o Brasil será o maior exportador de soja, e na página seguinte a informação de que o país é o maior importador de trigo do planeta. Enquanto isso, o trabalhador brasileiro chega a pagar quase R$ 4,00 pelo litro de óleo de soja, R$ 5,00 o quilo do pão e mais de R$ 6,00 pelo quilo do feijão em algumas capitais. Como não correlacionar esses fatos, que afetam diretamente a população?

> "O jornalista não especializado em um determinado tema que lhe compete tratar [deve] recorrer aos arquivos de sua publicação e armar-se do mais número possível de informações já publicadas, referentes ao tema. É evidente que isso demanda tempo – e o tempo é o artigo de que menos dispõe o profissional" (ROSSI, 2000, p. 39).

Com poucos conhecimentos a respeito do tema, o jornalista tende a reproduzir as informações e conceitos de senso comum. No caso dos jornais do Sudoeste, o jornalista tende a falar sobre financiamento, produção e cotação da soja e do milho – culturas que têm melhores resultados em grande propriedades com possibilidades de utilização de recursos tecnológicos – ao invés de tratar de culturas mais adequadas à pequena propriedade ou ainda levantar questões como o Módulo Máximo de Terra (projeto de lei sugerido ao Congresso Nacional pelos movimentos campesinos).

Aliás, as questões da pequena propriedade são muito mais complexas do que cultivos, financiamento agrário, métodos de produção e de comercialização dos produtos agrícolas e pecuários. O campesinato organizado tem propostas de políticas não só para o campo, como aposta num projeto de nação e de sociedade, com viés socialista.

[11] Dados da Cartilha Nacional da Via Campesina.

Compreendemos que para o jornalista que não está informado sobre a pequena propriedade e nem sobre os movimentos sociais do campo abordar assuntos como projeto de sociedade a princípio pode parecer um desafio à ética e à imparcialidade.

Está implicitamente convencionado na prática jornalística que assuntos relativos à política implicam em consulta a fontes que trabalham com política – prefeitos, vereadores, deputados. Da mesma forma, editoria de agricultura tem a ver com produção agrícola. Não há porque fazer ligações entre os temas, complexificar a cobertura, pois isso pode levar a uma abordagem parcial sobre o assunto.

Quanto a esse temor, podemos dizer que na tentativa de evitar a imparcialidade e outras qualidades "positivistas" do jornalismo, mais uma vez o repórter torna-se o porta-voz do senso comum e da ordem vigente:

> "Não há dúvida de que tal ordem, aparentemente apartidária, adequa-se politicamente às perspectivas social-democráticas que, de um lado, atribuem ao mercado a responsabilidade pela alocação dos principais recursos econômicos e, de outro, reservam ao Estado o papel de garantia dos direitos de propriedade e de estímulo ao progresso tecnocientífico – última das utopias do capital" (SODRÉ, 1996, p. 31)

Sodré fala aqui do panorama da "tecnocultura" contemporânea, resultante da complexificação das interações sociais a partir da midiatização das relações entre indivíduos e instituições. Por sua vez, o pesquisador João Pissara Esteves esquadrinha as condições ideológicas e históricas que fomentaram esse processo de midiatização.

Os campos sociais, se tornam presas das suas pragmatizações. Automizados, são vítimas da "liberdade da ética e absolutismo da razão": a complexificação dos conhecimentos levou-os à especialização, distanciando saberes e instâncias sociais; o resultado da fragmentação do conhecimento é a necessidade de um meio que permita o diálogo e a transparência, fazendo a ponte entre saberes, instituições sociais e indivíduos.

Dessa forma, a mídia torna-se o palco de interação simbólica (palavras/discursos) entre instâncias sociais, sendo também o espaço de retificação ou ratificação das ideologias embarcadas nas palavras/discursos dos atores social. Esse é o espaço de embate, onde indivíduos, organizações e instituições tentam afirmar seus interesses.

"O centro dos conflitos sociais tem de ser repensado: hoje em dia ele já não se situa nas esferas da reprodução material da sociedade, como supunha o marxismo, mas nas esferas da vida simbólica" (ESTEVES, p. 66). Portanto, é também na mídia que se dá o confronto entre a lógica do agronegócio e a da pequena propriedade. E é por essa razão

que podemos, através de uma análise das representações midiáticas, ter uma base de constatação de como está se dando este embate – tanto em termos de interação simbólica quanto na disputa real pela terra e pelas políticas agrárias.

O enfrentamento entre pequena propriedade e agronegócio passa pela instância midiática. O pequeno produtor brasileiro sofre os ataques de uma economia globalizada e também de uma grande imprensa que comemora superávits primários – estes, frutos do crescimento da exportação, mas que na prática não geram frutos para alimentar adequadamente a maioria da população brasileira.

Em resposta, o agricultor familiar está se organizando em defesa da pequena propriedade, auto-sustentável e ecologicamente responsável, voltada para a produção de alimentos. Percebendo que a luta em defesa da pequena propriedade extrapola a reivindicação de novas políticas agrárias, os movimentos sociais do campo unidos passam a vislumbrar necessidades maiores: a construção de um sistema político-econômico e social totalmente diferente. Um sistema baseado na soberania popular, que valorize a vida acima do capital.

Em nível regional, vemos o mesmo panorama se desenvolvendo: o agricultor cada vez mais politizado e organizado, porém tendo suas reivindicações e anseios ignoradas pela "opinião pública", sendo ele reduzido àquilo que produz ou que deveria produzir.

O Sudoeste do Paraná é prova de que a pequena propriedade é sinônimo de geração de renda e de qualidade de vida quando bem administrada – através da capacitação dos produtores, fruto da organização sindical e do apoio do poder público. A região chega a ser referência de sustentabilidade do minifúndio, sendo local de visita de organizações do campo nacionais e internacionais.

Diante desses fatores que denotam a importância da pequena propriedade - seja em nível regional, pela movimentação econômica que representa para o Sudoeste, ou em nível nacional e mundial, no que se refere à luta pela distribuição de terras, justiça social e soberania popular – ousamos propor uma reflexão do trabalho do jornalista regional, para que ele conheça e defenda a causa da comunidade agricultora do Sudoeste.

O doutor José Marques de Mello analisa a atual sociedade da informação como um estágio para a sociedade do conhecimento; esta, realmente, democrática. Essa evolução só será possível quando a população brasileira tiver disponibilização de equipamentos (de produção, difusão e recepção de informação) e, principalmente, incrementação de processos cognitivos.

No que toca a ação dos midiastas, precisamos produzir conteúdos que estimulem a competência cognitiva nos cidadãos, para que eles saibam ocupar seu espaço no palco da mídia, fazendo ali a disputa de ordem simbólica pelos seus interesses. E, na opinião de Marques de Melo, "nós não sabemos produzir conteúdos, ou produzimos conteúdos imitando o padrão que já está aí, que é culturalmente excludente". Um exemplo é o recorte deste artigo, demonstrando a falta de preparo do profissional do jornalismo em relação às necessidades da sociedade a que se dirige e sobre a qual redige.

A reflexão do profissional da comunicação é a mola propulsora que pode impedir que os paradigmas hegemônicos continuem se fortalecendo e oprimindo as classes sociais com dificuldade de acesso aos meios de comunicação, como é o caso do agricultor familiar.

Fica lançado, aos profissionais do Sudoeste, o desafio de fazer da realidade regional sua base de produção, buscando conhecimento para conseguir eficiência na tarefa de representar as questões do Sudoeste e da comunidade que compõe este espaço geográfico tão peculiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. **Indústria Cultural**. In Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1985.

ESTEVES, João Pissarra. **A Ética da Comunicação e os *Media* Modernos.** 2ª Edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo – a saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

_____. **O capital da notícia.** São Paulo: Editora Ática, 1986.

MARQUES DE MELO, José. **Brecha Digital**. In Jornalismo Brasileiro. São Paulo: Sulina, 2003.

MATTELART, Armand e _____, Michele. **História das teorias da comunicação.** 7ª edição, São Paulo: Loyola, 2004.

ROSSI, Clóvis. **O que é Jornalismo**. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a Cultura**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.